



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

Sumário-Executivo da 123ª Reunião Ordinária do CONAMA

Data: 09 de novembro de 2016 - Horário: 9h às 18h

Local: Auditório nº 1, Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte

1. Abertura da reunião pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente

Após abrir a reunião, o Ministro passou a palavra para a Presidente do IBAMA, Suely Araújo, que anunciou o lançamento da publicação: “PROCONVE – 30 anos. Melhorar Sempre. Avaliação dos Impactos Econômicos e dos Benefícios Socioambientais do Proconve”, publicação que traz levantamento e avaliação dos benefícios e desafios do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE.

Em seguida, o Ministro destacou que o dia 25 de novembro seria marcado pelo esforço conjunto, promovido pelo Governo Federal, para o combate ao mosquito transmissor da dengue, zika e chikungunya. Para tal, convidou os Conselheiros e suas instituições a participarem das videoconferências e campanhas coordenadas pelo Ministério da Saúde.

Fez menção às mudanças no Governo Federal, que acabaram por provocar alterações no calendário do Conselho, ressaltando, contudo, que isso não impediu a continuidade dos trabalhos.

Ao tratar da Conferência da ONU sobre Mudança do Clima - COP 22, em Marrakech, Marrocos, acentuou o Acordo de Paris, ratificado antecipadamente por 73 países, possibilitando sua entrada em vigor ainda no mês de novembro. Para essa ratificação, os países responsáveis por 56% das emissões globais de gases de efeito estufa entregaram seus instrumentos de validação, superando o mínimo necessário para o pacto mundial entrar em vigor.

Entretanto, relatou a preocupação com o resultado das eleições norte americanas, o que também está preocupando as delegações reunidas em Marrakech.

A COP 22 terá como grande desafio regulamentar o Acordo de Paris, o que inclui discussões de como será implementado o Acordo antes de 2020, da capacidade institucional e financeira necessárias, e do engajamento da sociedade como um todo no alcance das ambições climáticas. O Brasil continuará fazendo de tudo para evitar os efeitos das mudanças climáticas, como o possível agravamento da crise hídrica.



A respeito do licenciamento ambiental, disse que tem conversado com os Estados e representantes da sociedade civil, ressaltando que o IBAMA vem liderando a discussão. Enfatizou que há tentativas de flexibilização na Lei ambiental e que o CONAMA deveria ser o parlamento das questões ambientais.

2. Apresentação dos novos Conselheiros

Leitura da lista de novos Conselheiros pela Diretora do DConama, Ana Lucia Dolabella.

3. Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da [122ª Reunião Ordinária](#), de 13 de julho de 2016

Aprovada.

4. Tribuna Livre (15 minutos)

Carlos Bocuhy (SODEMAP): externou preocupação com a eleição de *Donald Trump*. Em seguida falou das emissões de poluentes, *black carbon*, e do desacordo do Brasil com os padrões de poluição atmosférica definidos pela OMS - 26 anos de atraso. Ressaltou que o componente mais letal na poluição do ar é o material particulado lançado por veículos a *diesel*. Outros países adotam filtros, exemplo que o Brasil deveria seguir urgentemente para evitar a morte de 5 mil pessoas por ano em SP, entre outros prejuízos indiretos à saúde.

Saint Clair Honorato (Ministério Público Estadual): frisou a tentativa de flexibilização do licenciamento ambiental, onde o CONAMA não está sendo protagonista ou sequer consultado a respeito.

Francisco Soares (FURPA): pediu ao Ministro para revitalizar a Secretaria de Recursos Hídricos, devido à seca e ao problema hídrico, especialmente do Nordeste. Falou também da instalação dos Comitês de Bacia: o do rio Parnaíba está há 15 anos pendente de implementação. Acentuou a importância de retomar o processo da criação do Parque Nacional da Serra Vermelha, por já ter sido superado o impasse com o Governo do Estado. Pediu ainda que o IBAMA faça uma grande operação para evitar o desmatamento no país e que fosse levado ao Presidente Temer o pedido de veto a artigo que estimula o uso de carvão mineral, incluído na medida provisória que trata das regras do sistema elétrico.

O **Ministro do Meio Ambiente**, em atenção aos pronunciamentos feitos até aquele momento, interveio dizendo que precisaria se ausentar justamente para ver o andamento do pedido de veto ao artigo que trata da modernização do parque de carvão mineral do Sul, incluído na Medida Provisória n.º 735, sobre as privatizações do setor elétrico. Falou também que pediria à Presidente do IBAMA para enviar ao CONAMA a última versão dos trabalhos relativos à lei geral do licenciamento ambiental, para que os Conselheiros tomassem ciência e pudessem opinar. Disse que a lei geral do licenciamento avança e que o espírito dela é bom, respeitando a autonomia dos Estados e buscando evitar a guerra ambiental, a exemplo do que ocorre com a guerra fiscal. Quanto aos níveis de poluição do ar, o Ministro afirmou colocar à disposição dos Conselheiros as equipes do MMA e do IBAMA que tratam da emissão de material particulado, para avançar a discussão no CONAMA, devido à relevância do tema. Com respeito ao Comitê de Bacia do rio Parnaíba, reconheceu a importância e ressaltou outras ações no semiárido, como monitoramento do desmatamento do Cerrado e o exemplo da moratória da soja na Amazônia, medida que está sendo também elaborada para o Cerrado. Falou do aumento do desmatamento como reflexo, entre outros, do novo Código Florestal. Assinalou que a disponibilização dos dados do desmatamento em tempo real está sendo negociada junto ao INPE para compor a informação ambiental com vistas ao controle social das taxas de desmatamento. Visto isso, e considerando a recomposição do orçamento do IBAMA,

acredita que os números voltarão a cair. Acentuou, no entanto, que não se fala em meio ambiente sem se falar em combate à pobreza e em desenvolvimento sustentável.

Lisiane Becker (Mira-Serra): solicitou a implementação da Lei da Mata Atlântica. Em seguida lembrou a Resolução CONAMA nº 457/13, que tem sua implementação restrita, em razão da inexistência de aprovação, por parte do Conselho, das “listas *per*”.

O **Secretário-Executivo, Marcelo Cruz**, informou que traria ao Plenário informações atualizadas sobre a questão.

Ivaneide (Kanindé): falou que a Kanindé não mais participará do CONAMA. Fazendo menção à fala do Ministro, acrescentou que no seu entendimento já há uma guerra ambiental com a morte de ribeirinhos e extrativistas. Ressaltou o crescente desmatamento na Amazônia, inclusive dentro de unidades de conservação e terras indígenas, sendo necessária a ação do IBAMA, ICMBio, FUNAI, Ministério Público e Polícia Federal. Acrescentou a importância de melhorar o mecanismo das audiências públicas no âmbito do licenciamento ambiental, a fim de evitar manobras e desmandos.

Sueli Araújo, Presidente do IBAMA, manifestou-se para dizer que havia corte de recursos no órgão destinados à fiscalização na Amazônia e que sua primeira medida à frente do órgão foi reestabelecer os recursos do IBAMA. Acrescentou que o Fundo Amazônia, específico para a fiscalização, tem 2 projetos, sendo que o primeiro foi assinado no final de outubro próximo passado. Informou que conversaria com o superintendente do IBAMA em Rondônia para saber sobre as especificidades do Estado. E em relação às hidrelétricas do Rio Madeira, disse estar em contato com o Movimento dos Atingidos por Barragens para dar continuidade às audiências públicas.

Tadêu Santos (Sócios da Natureza): registrou a fala do Ministro que tratou sobre as mudanças climáticas e ressaltou a preocupação geral no que tange à eleição de *Donald Trump* e às preocupações atreladas ao fato. Citou a *Moção*, de sua autoria, sobre reciclagem, que será apresentada ao Plenário e pediu apoio da plenária para aprovação do regime de urgência.

Eugênio Spengler (Governo da Bahia): apoiou a fala do Ministro quando foi citada a defesa da autonomia dos estados no licenciamento ambiental, ressaltando a importância da volta do tema para o CONAMA, cuja discussão poderá contribuir para a qualidade do projeto de lei. Frisou a necessidade de criação de mecanismos de financiamento disponíveis para os órgãos do SISNAMA, para que possam ser executadas as inúmeras questões apontadas em leis ambientais, na medida em que não adianta falar em modernização se não houver dinheiro para a estruturação dos órgãos ambientais. Ressaltou a importância do Sistema Nacional de Informações Ambientais, como uma plataforma única com informações sobre clima, solo, biodiversidade.

Marcelo Manara (SODEMAP): reforçou a necessidade de retomada das discussões sobre a revisão dos padrões de poluição do ar. No tema do licenciamento, acentuou que há na minuta verdadeiros motivos de guerra ambiental, pois alguns dos parâmetros e posturas remetem ao módulo fiscal. Informou que trouxe requerimento de regime de urgência, para uma reunião extraordinária do Conselho, a fim de melhor inserir o CONAMA na discussão sobre a tragédia ocorrida em Mariana-MG. Citou a existência de 4 autos de infração recentes, vistos no *site* do IBAMA, pelo não cumprimento das medidas impostas pelo Poder Público à Samarco, 16 processos do Ministério Público e 28 deliberações do Comitê Interfederativo, das quais apenas 12 foram respondidas.

Marcos Polignano (GUAICUY): respaldou a preocupação quanto ao Rio Doce, na medida em que paira a sensação da impunidade. No seu entendimento, é inconcebível que um crime dessas dimensões seja



tratado de forma negligente. Falou do relatório do IBAMA, citando números sobre as recomendações não atendidas, como a necessidade de contenção de sedimentos em 53% dos locais e que 92% das unidades visitadas possuem processos erosivos. Criticou o fato de que a empresa é quem conduz o processo de reparação, definindo prazos, preços e ações. Lembrou também o dever de recompor a Bacia, faltando, no entanto, a definição do plano global.

Boisbaudran Imperiano (SNE): pediu ao MMA apoio à implementação do Fundo da Mata Atlântica, como forma de auxiliar as iniciativas de preservação, como os corredores ecológicos. Solicitou que fosse instalado o Grupo Assessor que trata da revisão das resoluções impactadas por legislação superveniente à edição da norma. Pediu à presidência do CONAMA que o espaço da Tribuna Livre fosse ampliado. Sobre a crise hídrica, ressalta a situação do Nordeste, que precisa de ações efetivas.

Rogério Menezes (ANAMMA): elogiou o trabalho do MMA e do IBAMA, com a dedicação sobre a minuta da lei geral do licenciamento e disse que os Municípios precisam se enxergar no trabalho, uma vez que reduzir a participação dos Municípios refletiria em insegurança jurídica, uma vez que muitos são os Municípios que têm legislação mais restritiva. Respaludou a fala do conselheiro Eugênio Spengler sobre o financiamento e o fortalecimento do SISNAMA e da autonomia dos entes federativos. Reforçou que faria pressão no Congresso para que os Municípios pudessem se sentir incluídos nas emendas que serão apresentadas ao Projeto de Lei.

José Pedro (Secretário da SBF/MMA): informou que está sendo estudada no MMA uma forma para que os corredores ecológicos sejam instrumentos capazes de abarcar não só a proteção da biodiversidade, mas também dos recursos hídricos. E para que a questão climática possa ser tratada conjuntamente com a questão florestal e social. Referiu-se à apresentação feita à ABEMA na noite anterior. Acrescentou que tem a intenção de trazer o assunto ao CONAMA, assim que o trabalho estiver mais amadurecido. Falou do *Side Event* em Cancun, no dia 05 de dezembro próximo, presidido pelo Ministro, que tratará de corredores ecológicos na América do Sul.

5. Encaminhamentos da Secretaria Executiva do CONAMA

Informação sobre a publicação da Resolução CONAMA nº 477, de 2016, com a data da presente reunião, a última do ano.

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta e, por escrito, de requerimentos de urgência

Requerimento de urgência: Moção apresentada pelo Conselheiro Tadêu Santos, sobre Reciclagem – urgência não aprovada

7. Ordem do Dia

7.1. Processo nº [02000.000602/2016-68](#) – Proposta de revisão da Resolução nº 349/2004, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários de pequeno potencial de impacto ambiental e a regularização dos empreendimentos em operação.

Proponente: Ministério dos Transportes



Conselheira do Min. Transportes, Aline Figueiredo, apresentou dados gerais sobre o escopo da minuta, o tempo de aplicação da norma e a mudança da competência do licenciamento para os Estados. A palavra foi passada para Mateus Amaral, também do Ministério dos Transportes, que explicou que o teor da nova proposta se mantém o mesmo, em comparação com a Resolução em vigor, sendo que a inovação reside na padronização dos procedimentos e na atualização de conceitos, visando a otimização da segurança da operação ferroviária.

Pedidos de vistas feitos pelas seguintes instituições: MIRA-SERRA, SODEMAP, KANINDÉ, Ministério dos Transportes, MMA, CNTC e CNT.

7.2. Processo nº [02000.001604/2016-74](#) – Proposta de Resolução que institui o calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA para o ano de 2017.

Resolução aprovada por unanimidade.

8. Informes

8.1. Apresentação do [Relatório de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE/PROMOT](#), relativo ao ano de 2015, conforme parágrafo único do art. 3º da Resolução CONAMA nº 414/2009.

Apresentação feita por Letícia Reis Carvalho, Diretora do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria da Secretaria de Recursos Hídricos do MMA.

8.2. Apresentação do [Relatório de destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis](#), relativo ao ano de 2015, conforme art. 16 da Resolução CONAMA nº 416/2009.

Apresentação feita por Gilberto Werneck, Coordenador-Geral de Gestão da Qualidade Ambiental, da Diretoria de Qualidade Ambiental do IBAMA.

9. Seminário

SEGURANÇA DE BARRAGENS

Mesa de Abertura

Sueli Araújo, presidente do IBAMA, Zuleika Torquetti, Conselheira pelo Governo de Minas Gerais, e Ana Lucia Dolabella, Diretora do DConama.

[Comissão Externa do Rompimento de Barragem na Região de Mariana](#) – MG da Câmara dos Deputados

Maurício Boratto Viana, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados



O Planejamento da Fiscalização de Barragens de Rejeito.

Walter Lins Arcoverde, Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

Aspectos gerais sobre o caso Mariana: A visão do IBAMA.

Suely Araújo, Presidente do IBAMA

Informou que desde o dia seguinte ao desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em 05 de novembro de 2015, no município de Mariana – MG, o IBAMA acompanha a situação e, desde março de 2016, coordena o Comitê Interfederativo – CIF. Os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo estão se adaptando a um modelo complexo de governança para a resolução dos impactos nas áreas econômica, social e ambiental. O Governo deve permanecer estado atento, aplicando as sanções necessárias. Afirmou que, após a aplicação das diversas multas, foi assinado o Termo de Transação e Ajuste de Conduta, prevendo a criação da fundação RENOVA e a orientação e controle governamental das medidas a serem adotadas pela fundação, que irá gerir as ações, com recursos provenientes das empresas. O Acordo entre as partes, que havia sido homologado pela justiça foi depois suspenso, permanece válido para execução, uma vez que a suspensão é somente da homologação. São R\$ 21 bilhões previstos para serem geridos pela RENOVA, tornando-a a segunda maior fundação no mundo com recursos de capital privado. Existem hoje 16 multas do IBAMA já aplicadas. O atual período de chuvas inspira atenção, pois ainda não é possível prever o comportamento da lama, acrescentando que a barragem de Candonga serviu como uma barreira para o avanço dos rejeitos. Afirmou que os dirigentes dos órgãos envolvidos estão diretamente comprometidos com a definição e a implementação das medidas de recuperação dos danos.

Comitê Interfederativo – CIF

Criado em resposta ao desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana, Minas Gerais. Tem por função orientar e validar os atos da Fundação instituída pela Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton, para gerir e executar as medidas de recuperação dos danos resultantes da tragédia. O CIF é presidido pelo IBAMA e composto por representantes da União, dos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos municípios impactados e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental

Marcelo Belisário Campos, Superintendente do IBAMA em Minas Gerais e Coordenador da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental do Comitê Interfederativo – CIF.

Restauração Florestal e Produção de Água

Ana Alice Biedzicki de Marques, Diretora de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do IBAMA e Coordenadora da Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água do Comitê Interfederativo – CIF.

Conservação e Biodiversidade

Paulo Carneiro, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio e membro da Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade do Comitê Interfederativo – CIF.



Segurança Hídrica e Qualidade da Água

Gisela Damm Forattini, Diretora de Planejamento da Agência Nacional de Águas e Coordenadora da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água do Comitê Interfederativo – CIF.

Organização Social e Auxílio Emergencial

Isabele Villwock Bachtold, Assessora da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República e Coordenadora da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial do Comitê Interfederativo – CIF.

Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social

Luciano de Oliveira Gonçalves, Assessor da Diretoria de Diálogos Sociais da Secretaria de Governo da Presidência da República e membro da Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social do Comitê Interfederativo – CIF.

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Thiago Henrique Fiorott, Coordenador Regional da FUNAI, em Minas Gerais e no Espírito Santo e Coordenador da Câmara Técnica de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Comitê Interfederativo – CIF.